EDITAL N. 009/2022 – PROCESSO DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO IMEDIATA E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE COLABORADORES PARA ATUAÇÃO NO INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CONTAGEM/MG

Art.1º. No período de **24 de Março de 2022 a 30 de Março de 2022 até às 23h59 min,** estarão abertas as inscrições para contratação imediata e formação de cadastro reserva de colaboradores para atuação conforme explicitado neste edital.

Parágrafo Primeiro: As etapas serão efetuadas conforme **CRONOGRAMA GERAL**, disposto no **ANEXO I** deste Edital.

Parágrafo Segundo: Serão feitas contratações imediatas e a formação de um quadro reserva para atendimento de eventual turnover (rotatividade) de trabalho.

Parágrafo Terceiro: Os candidatos classificados de acordo com o certame poderão ainda ser convocados excepcionalmente para substituição de período de férias, licença maternidade outros afastamentos do quadro de empregados.

Art.2º. As informações atinentes a todos os atos deste Edital estarão disponíveis no site www.institutodds.org, inclusive todas as publicações, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação de todos os atos, retificações e comunicados referentes a este Processo Seletivo, conforme **CRONOGRAMA GERAL**, disposto no **ANEXO I** deste edital.

Parágrafo Único: Sobre o processo seletivo, não serão prestadas, em nenhuma hipótese, informações por telefone, presencialmente, através de redes sociais e outros canais não autorizados. Todas as informações pertinentes a este processo seletivo estão descritas neste edital. Solitações de esclarecimentos podem ser encaminhadas ao e-mail recursos@institutodds.org

Art.3º. A classificação do candidato no Processo Seletivo gera apenas a expectativa de direito à contratação.

Parágrafo Único: É reservada à instituição o direito de proceder à contratação, conforme sua conveniência e oportunidade, em número de profissionais que atenda aos seus interesses e às suas necessidades.

DAS VAGAS E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Art.4º. A vaga que está sendo aberta será para trabalho na cidade de Contagem/MG.

Parágrafo primeiro: O cargo será exercido mediante contrato de trabalho de acordo com a CLT e as regras coletivas da categoria.

Art.5º. A descrição do cargo, jornada, local de trabalho, números de vagas e remuneração estão detalhados no **ANEXO II,** deste Edital.

Parágrafo Primeiro. Para as vagas explicitadas recebemos currículos de pessoas portadoras de deficiência (PCD), os quais terão prioridade nos termos da legislação vigente. A instituição reserva 5% do número total de vagas de cada cargo, conforme previsão do §1 do Art. 1º no Decreto n° 9.508/18, que regula a Lei n° 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Parágrafo Segundo: O número de vagas reservado para pessoas portadoras de deficiência será calculado a partir de 5% do número total de vagas do cargo. Na hipótese de não ser computado um número inteiro, a contagem será arredondada seguindo os critérios abaixo:

a) O resultado que alcançar entre 0,1 e 0,4 será arredondado para baixo (equivalente 0 vaga);

b) O resultado que alcançar entre 0,5 e 0,9 será arredondado para cima (equivalente a 1 vaga).

Parágrafo Terceiro: Serão reservadas ainda até 5% das vagas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, que se enquadrem no seguinte rol, selecionadas através de um banco de dados da instituição, no qual os interessados se cadastrarão pelo site institucional, através do link: https://institutodds.org/vagas-vulnerabilidade-social/, desde que se enquadrem no seguinte rol:

a) Mulheres em situação de violência doméstica ou de gênero, que passaram ou estejam institucionalizadas em acolhimento institucional ou equipamento público de assistência social ou possam comprovar terem sido vítimas de violação de direitos;

b) Egressos do Sistema Prisional ou do Sistema Socioeducativo;

c) Egressos de equipamento de acolhimento institucional, assim como, pais ou responsáveis de crianças ou adolescentes institucionalizados em acolhimento institucional ou equipamento público de assistência social.

Parágrafo Quarto: Em caso não ser computado um número inteiro, a contagem será arredondada seguindo os critérios do Parágrafo Segundo.

Parágrafo Quinto: Em caso de aprovação e convocação o candidato terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para fixar domicílio no Município onde prestará serviços. Ou, em até 50 km do Município onde prestará serviços, se houver recurso disponível e a critério do empregador, observados os princípios da economicidade e da supremacia do interesse público.

Parágrafo Sexto: As atribuições do cargo de **Supervisor de Operações** são as seguintes:

- Prestar assistência ao contratante;
- Planejar ações e fiscalizar os serviços prestados, solicitado pelo contratante;
- Implementar ações para melhoria na eficiência dos serviços;
- Realizar supervisão dos serviços, cuidando dos funcionários em seus postos de trabalho;
- Realizar atividades voltadas para área administrativas e operacionais;
- Realizar outras tarefas correlatas;

Parágrafo Sétimo: No exercício das atividades, é desejável que os candidatos para o cargo de **Supervisor de Operações** sejam capazes de demonstrar as seguintes caracteríscas, conhecimentos e habilidades comportamentais:

- Foco;
- Atenção;
- Respeito;
- Tranquilidade;
- Respeito à hierarquias e regras;
- Habilidade para trabalhar em equipe;
- Possuir senso crítico;

Art. 6º. São condições de contratação:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português, a quem foi deferida a igualdade nas condições previstas no § I do art. 12 da Constituição da República e amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica.

b) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

c) Estar em dia com as obrigações militares, do sexo masculino;

d) Ter a escolaridade e os requisitos exigidos para o preenchimento do cargo;

e) Gozar de boa saúde física e mental e ter capacidade para o exercício da função.

f) Se estrangeiro, ser fluente em Lingua Portuguesa;

g) Estar em pleno exercício dos seus direitos civis e políticos.

h) Ter habilitação legal e estar devidamente inscrito no órgão fiscalizador da profissão, se for o caso.

i) Ter idoneidade moral e social e não ter antecedentes criminais que o incompatibilize com a carreira.

j) Possuir todos os pré-requisitos exigidos para o cargo constantes deste Edital e não se enquadrar nas vedações do art. 7º deste edital.

k) Quanto os candidatos às vagas de vulneráveis:

(1) Mulheres em Situação de Violência Doméstica: Boletim de ocorrência ou Documentos comprobatórios da siatuação de violação de direito; Ou Certidão de permanência ou passagem em acolhimento institucional; Ou Certidão de atendimento em Equipamento pública de Assistência Social.

2) Egresso dos Sistema Prisional ou Sistema Socioeducativo: Para o primeiro Atestado de pena ou equivalente, e, para o segundo Certidão de Cumprimento de Medida Socioeducativa.

3) Egressos de Equipamenos de Acolhimento Institucional: Certidão de passagem em acolhimento institucional;

4) Pais ou Responsáveis por Crianças ou Adolescentes Institucionalizados em Acolhimento Institucional ou Equipamento Público de Assistência Social: Para os pais Certidão de permanência da criança em acolhimento institucional e certidão de nascimento da criança; Para os responsáveis Certidão de nascimento da criança e Certidão do equipamento de acolhimento que certifique que é o responsável do incapaz ou Sentença declaratória de tutela do incapaz.

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 7º. É vedado neste processo seletivo a contratação de candidato que seja servidor ou colaborador público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração de Empresa pública celebrante, ou tenha qualquer vínculo, mesmo que por contrato temporário, com a administração pública Federal, Estadual, Municipal, autárquica e fundacionais, salvo as exceções previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro: É permitida a participação neste processo seletivo e a contratação de candidato que possua outro vínculo empregatício ou de trabalho, desde que haja compatibilidade de jornada e carga horária compatível e não seja defeso em lei.

Art.8º. É vedada a contratação de candidato e a contratação de pessoa que receba benefício previdenciário (aposentadoria por invalidez, auxílio - doença, etc.), salvo pensão por morte ou aposentadoria por tempo de serviço/idade.

Art.9º. É vedada a contratação de parentes consanguíneos ou não, em qualquer grau (exemplo: avôs, pais, irmãos, cônjuge ou companheiro(a), filhos, sogros, genros e noras, sobrinhos, tios, primos, enteados), salvo quando os envolvidos estejam alocados em projetos ou programas completamente independentes, sendo que, no momento da contratação, o candidato deverá informar a relação de parentesco existente, sob pena de desclassificação, ou se já contratado, de demissão.

Art.10º. É vedada a participação no Processo Seletivo de ex-empregados da Instituição que estejam dentro do prazo de 90 (noventa) dias do fim do vínculo empregatício com a Instituição, conforme Portaria 384/92 do MTB.

DAS INSCRIÇÕES

Art.11º. As inscrições serão realizadas no prazo previsto no art. 1º deste Edital, por meio do

preenchimento de formulário próprio para cada cargo, constante nos link´s abaixo:

1. **Supervisor de Operações**: https://forms.gle/ufo2ULH1pR83i66j9

Parágrafo Primeiro: Haverá desclassificação imediata dos candidatos que enviarem o formulário fora do prazo estipulado.

Parágrafo Segundo: Será considerado sempre o último currículo, nos casos de currículos enviados mais de uma vez.

Art.12º. A organização do certame não se responsabiliza pelo não recebimento de dados enviados pelos candidatos, pela impossibilidade do envio de dados cadastrais em razão de falhas ou erros ocasionados por problemas no provedor de internet utilizado pelo candidato; por falhas na rede mundial de computadores, por problemas técnicos que eventualmente possam afetar ou interromper as inscrições nem por interrupções ou eventuais falhas, atrasos, mau funcionamento eletrônico de qualquer tipo de rede, hardware, software, falha humana ou qualquer outro problema técnico de atuação das operadoras de serviço de telecomunicações que porventura o candidato venha a enfrentar no momento da inscrição ou em outro momento processual do certame. Ainda que por motivos de caso fortuito ou força maior, ou qualquer outro fato alheio que impeça o candidato de utilizar-se dos meios e prazos para efetuar as inscrições ou ato processual.

Parágrafo Primeiro: O preenchimento do formulário de inscrição e todos os demais atos necessários durante o certame são de inteira responsabilidade do candidato.

Parágrafo Segundo: Na hipótese do candidato possuir experiência profissional cujo o contratante seja empresa terceirizada, deve informar também a instituição onde efetivamente exerceu suas atividades.

Parágrafo Terceiro: É dever do candidato, no ato do preenchimento do formulário, descrever de forma clara, as atribuições exercidas na função a ser avaliada na fase de análise curricular,

sob pena de inviabilizar a pontuação.

Parágrafo Quarto: As datas de entrada/admissão e data de saída/demissão deverão estar em total conformidade com a CTPS ou comprovante emitido pelos empregadores. Esses dados são recebidos inicialmente, e são presumidos como verdadeiros. É de total responsabilidade do candidato os erros de digitação ou quaisquer inconsistências no ato de inscrição.

Parágrafo Quinto: Caso o candidato esteja em uma atual experiência de trabalho, deverá informar como "Data saída/fim" a data do término da inscrição deste Edital.

Parágrafo Sexto: É vedada a remarcação de entrevista em razão de condição pessoal do candidato, em observância ao princípio da isonomia.

DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 13. O Processo Seletivo contará com etapas eliminatórias e classificatórias, quais sejam:

I) **ANÁLISE DE CURRÍCULO,** em que será avaliado se o candidato preenche os requisitos mínimos exigidos e se possui aptidão para preenchimento da vaga;

II) **ENTREVISTA INDIVIDUAL,** em que será avaliado o desempenho do candidato.

Parágrafo Primeiro: A etapa de entrevista individual não soma pontos à etapa de análise de currículo.

Parágrafo Segundo: A análise de currículos e a entrevista possuem carater eliminatório e classificatório.

Parágrafo Terceiro: As entrevistas poderão ser realizadas por vídeo conferência ou presencialmente, e poderão ser registradas por meio de captação de som e imagem, para a qual o candidato já dá seu consentimento no ato da inscrição.

Parágrafo Quarto: Para o cargo de **Supervisor de Operações** os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 50% na etapa de entrevista serão desclassificados.

Parágrafo Quinto: A nota de corte da etapa de análise curricular para todos o cargo de será 1 (um) ponto.

Parágrafo Sexto: Os candidatos aos cargos de **Supervisor de Operações** melhores classificados na análise de currículos participarão da entrevista individual na razão máxima de 12 (doze) candidatos.

Art.14. A análise de currículo será orientada conforme a tabela abaixo:

CARGOS, PRÉ-REQUISITOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

CARGOS	PRÉ-REQUISITO	PONTUAÇÃO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO DE ESCOLARIDADE
SUPERVISOR DE OPERAÇÕES	Ensino Médio Completo em Instituição de Ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC. Possuir 06 (seis) meses de experiência ininterrupta no cargo pleiteado ou similar Possuir CNH	01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de experiência ininterrupta no cargo pleiteado ou similar.	02 (dois) pontos para Ensino Superior Completo em Administração e/ou Gestão de Pessoas e/ou Gestão de Recursos Humanos em Instituição de Ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, pontuado apenas uma vez. 01 (um) ponto para curso concluído de

	(Carteira Nacional de Habilitação – Categoria B – Válida em todo o território nacional. (O status será conferido no ato da contratação).		Pacote Office, com carga horária de no mínimo 60 horas, pontuado apenas uma vez.

Art.15. A entrevista individual tem como objetivo avaliar o desempenho do candidato em relação às atividades relativas ao cargo para o qual se candidata, tais como:

Habilidades	Descrição	Pontuação máxima
Conhecimento e Domínio da área de atuação	Será avaliada a capacidade do candidato na área a qual se candidatou. O candidato deverá saber se expressar sobre suas experiências e atuações.	3
Comunicação Verbal	Avaliar se candidato possui capacidade em transmitir suas ideias de forma sequencial.	3
Capacidade de trabalho em equipe	Avaliar como o candidato trabalha em equipe, como ele lida com conflitos e sobre pressão da gestão.	3
Comportamento Proativo	Avaliar se o candidato consegue lidar com situações que fogem da sua rotina diaria, apresentando iniciativa.	3

Equilíbrio Emocional	Tranquilidade ao falar, expor suas ideias, demonstrar flexibilização.	3
Foco nas pessoas	Expor ideias e assuntos que demonstram a capacidadede enxergar as necessidades das pessoas.	3

Parágrafo Único: Entre candidatos com igual pontuação, será fator de desempate, consecutivamente:

a) Candidato que apresentar maior idade, em observância ao art. 27 do Estatuto do Idoso;
b) Candidato que apresentar maior pontuação no quesito Experiência Profissional;
c) Candidato que apresentar maior pontuação no quesito Escolaridade;

DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

Art. 16. O candidato inconformado poderá interpor Impugnação à lista de inscritos e Recurso ao resultado final, que deverão ser remetidos **EXCLUSIVAMENTE** no endereço eletrônico **recursos@institutodds.org** e cumprir os seguintes requisitos de admissibilidade:

1. Tempestividade: a Impugnação e/ou Recurso devem ser interpostos no prazo previsto no Cronograma Geral, disponível no Edital ou Anexo(s), não serão admitidos fora do prazo estipulado;

2. Legitimidade: a Impugnação e/ou Recurso devem ser interpostos pelo candidato, não serão admitidos recursos interpostos por terceiros em nome destes, exceto se ocorrer por intermédio de pessoa habilitada com o respectivo instrumento de procuração;

3. Interesse Recursal: o candidato deve impugnar decisão que gere efetivo prejuízo à sua

candidatura ou pontuação, mero pedido de esclarecimento não é considerado recurso.

4. Regularidade Formal: no âmbito da Impugnação e/ou Recurso devem constar (A) o nome completo; (B) o cargo pleiteado; (C) a indicação do número do Edital; (D) as razões recursais (motivo da interposição do recurso/impugnação). Insta salientar que a redação deve ser clara e compreensível.

5. Cabimento: a Impugnação e/ou Recurso devem ser interpostos nas hipóteses previstas no Edital. Assim, não serão conhecidos Recursos na fase final do certame, para Impugnar a lista de inscritos, sendo cabível apenas a impugnação. Portanto, o Recurso é cabível para questionar todos os atos processuais e toda a matéria do certame exceto a regularidade das inscrições e a respectiva lista de candidatos inscritos.

Parágrafo único: a ausência de qualquer um dos requisitos culminará em não conhecimento da Impugnação e/ou Recurso, de modo que o mérito não será analisado.

DA CONTRATAÇÃO

Art.17. O candidato aprovado, no ato da convocação, deverá comparecer para a contratação, em endereço e datas posteriormente informadas através do e-mail e/ou telefone e/ou Whatsapp, munido dos seguintes documentos:

ORIGINAIS:

a) CTPS original (Carteira de Trabalho e Previdência Social); ou documento digital;

b) 2 Fotos 3X4;

c) Atestado Admissional; que deverá ser realizado em local informado pela Instituição;

CÓPIAS:

d) Carteira de identidade e CPF – se os mesmos não constarem na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social;

e) Página de CTPS que contém os dados pessoais e páginas que conste nas experiências profissionais declaradas no currículo, ou comprovação da CPTS digital;

f) Comprovante de endereço atualizado ou declaração de residência;

g) Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

h) Certificado Reservista (em caso de candidato do genero masculino);

i) Certidão de Casamento (mesmo que conste averbação) ou União Estável;

j) Certidão de nascimento ou RG dos filhos de qualquer idade contendo o número de CPF;

k) Caderneta de vacinação para os filhos até a idade de 14 anos;

l) Declaração escolar para o menor estudante menor de 14 anos;

m) Carteira de habilitação (somente quando o cargo exigir);

n) Documento emitido pela a Caixa Econômica Federal com o nº do PIS – se não constar na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

o) Diploma ou certificado de conclusão de ensino compatível com a exigência do cargo;

p) Registro profissional em órgão/conselho competente (quando o cargo exigir);

q) Cartão de vacina atualizado (Hepatite B, Febre Amarela e Antitetânica);

r) Dados da conta bancária para recebimento do salário (não pode ser conta salário);

s) Comprovante da função pública exercida (publicação ou documento de designação);

t) Declaração de compatibilidade de jornada (quando houver outro cargo ou emprego);

u) Laudo caracterizador de Deficiência, no caso dos candidatos às vagas de PCD;

v) Quanto aos candidatos para às vagas de vulneráveis:

(1) Mulheres em Situação de Violência Doméstica: Boletim de ocorrência ou Documentos comprobatórios da siatuação de violação de direito; Ou Certidão de permanência ou passagem em acolhimento institucional; Ou Certidão de atendimento em Equipamento pública de Assistência Social.

(2) Egresso dos Sistema Prisional ou Sistema Socioeducativo: Para o primeiro Atestado de pena ou equivalente, e, para o segundo Certidão de Cumprimento de Medida Socioeducativa.

(3) Egressos de Equipamenos de Acolhimento Institucional: Certidão de passagem em acolhimento institucional;

(4) Pais ou Responsáveis por Crianças ou Adolescentes Institucionalizados em Acolhimento Institucional ou Equipamento Público de Assistência Social: Para os pais Certidão de permanência da criança em acolhimento institucional e certidão de nascimento da criança; Para os responsáveis Certidão de nascimento da criança e Certidão do equipamento de acolhimento que certifique que é o responsável do incapaz ou Sentença declaratória de

tutela do incapaz.

Art.18. A convocação seguirá a ordem de classificação, em caso de declínio e/ou desclassificação tardia será convocado o próximo classificado.

Art.19. A documentação comprobatória apresentada será objeto de análise pelo Setor de Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO) que avaliará se o candidato preenche os requisitos e está apto para ocupar a vaga para qual se candidatou, inclusive todas as experiências profissionais e os cursos específicos informados no momento da inscrição serão verificados no ato da contratação, devendo o candidato desde já ser advertido de que poderá ser responsabilizado civil e criminalmente pelas informações prestadas de forma incorreta ou falsa.

Parágrafo Único: Ocorrendo a comprovação de falsidade de declaração, informação ou inexatidão culposa ou dolosa dos dados expressos no momento da inscrição, bem como adulteração dos documentos apresentados, o candidato será desclassificado e serão anulados todos os atos dele decorrentes, independentemente da época em que tais irregularidades vierem a ser constatadas, sem prejuízo de sujeitar o candidato às das sanções civis e penais cabíveis.

Art.20. O candidato que for convocado e não tiver disponibilidade imediata para dar início às atividades e/ou que não concorde com a modalidade de contrato, local ou horário de trabalho ou outra especificidade da contratação, será automaticamente desclassificado, sendo convocado o candidato que ficar em segundo lugar, e assim sucessivamente, de acordo com a ordem de classificação.

Art.21. Os candidatos aprovados serão convocados, de acordo com a ordem de classificação, através de e-mail e/ou telefone e/ou Whatsapp, informados no momento do inscrição – devem comparecer na data estipulada para realização de exame admissional e para a entrega dos documentos comprobatórios para conferência da experiência e formação exigidas no Edital. O candidato que não comparecer ao exame e/ou não entregar a documentação comprobatória e/ou entregar de forma incompleta será desclassificado.

Art.22. O processo seletivo terá vigência de **1 (um) ano**, contados da publicação do resultado final.

Art.23. Ao preencher o formulário de inscrição para se candidatar à vaga, o candidato autoriza que a instituição trate seus dados, de acordo com as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, com o objetivo de participação nos processos seletivos. O candidato tem ciência de que, com sua anuência, a partir do seu cadastro, poderão ser enviadas mensagens para seu e-mail e/ou via WhatsApp e/ou telefone, informando sobre os processos seletivos. Além disso, os documentos apresentados ficarão retidos e toda informação é armazenada dentro do banco de dados da Instituição e quando for necessário, o setor de Desenvolvimento Humano Organizacional (DHO) poderá descartar os dados , em total cumprimento as normas estipuladas pela LGPD.

Parágrafo Primeiro: Detalhes sobre a finalidade do tratamento dos dados do candidato, os direitos do titular, as medidas de segurança adotadas e os meios de comunicação adequados, estão descritos no termo de consentimento, que estará disponível no formulário de inscrição.

Parágrafo Segundo: Disposições específicas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) poderão ser dispostas na Política de Privacidade do IDDS, disponível no site institucional.

Parágrafo Terceiro: Dúvidas e questionamentos relativos à privacidade e a proteção de dados dos titulares que participaram de Editais e processos seletivos do IDDS poderão ser sanadas por seu Encarregado de Proteção de Dados (DPO).

Belo Horizonte, 24 de Março de 2022.

VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK

PRESIDENTE

INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS

ANEXO I

CRONOGRAMA GERAL

ETAPA	DATA
PUBLICAÇÃO DE EDITAL	24/03/2022
INSCRIÇÕES	24/03/2022 à 30/03/2022
PUBLICAÇÃO DA LISTA DE INSCRITOS	01/04/2022
IMPUGNAÇÃO À LISTA DE INSCRITOS	02/04/2022
PUBLICAÇÃO DA LISTA FINAL DE INSCRITOS	04/04/2022
ANÁLISE CURRICULAR	04/04/2022 à 08/04/2022
CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA	11/04/2022
REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	12/04/2022 e 13/04/2022
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR	18/04/2022
RECURSO AO RESULTADO PRELIMINAR	19/04/2022
ANÁLISE DE RECURSOS E RESULTADO DEFINITIVO	20/04/2022

- As impugnações à lista de inscritos e recursos deverão ser encaminhadas exclusivamente para o e-mail: recursos@institutodds.org

- Só serão admitidos recursos após o resultado preliminar, nos termos do art. 16 do presente edital.

ANEXO II

CARGO, JORNADA, LOCAL DE TRABALHO, NÚMERO DE VAGAS E REMUNERAÇÃO

CARGOS	JORNADA SEMANAL	LOCAL DE TRABALHO	NÚMERO DE VAGAS	REMUNERAÇÃO REGIME CLT
SUPERVISOR DE OPERAÇÕES	40 horas semanais	Contagem/MG	1 (uma) vaga de contratação Imediata; 05 (cinco) vagas para formação de cadastro reserva; Não há vaga reservada para pessoa com deficiência, nos termos do art. 5º, Parágrafo Segundo, alínea 'a', para formação de cadastro reserva. Não há vaga reservada para pessoa em situação de vulnerabilidade social, os termos do art. 5º, Parágrafo Terceiro, para contratação imediata.	R$ 2.625,00

Benefícios: Conforme Convenção Coletiva de Trabalho do SINTIBREF.

Belo Horizonte, 24 de Março de 2022.

VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK

PRESIDENTE

INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS